

A SOCIODINÂMICA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA DE SURDOS

Euluze Rodrigues da Costa Junior¹
Reginaldo Célio Sobrinho²
Edson Pantaleão³
Tamille Correia de Miranda Milanezi⁴

RESUMO: Neste ensaio refletimos sobre a sociodinâmica do Ensino Superior brasileiro, focalizando aspectos das tensões relativas à ampliação do acesso e à garantia de permanência de estudantes surdos nesse nível de ensino. Em termos teórico-metodológicos, buscamos aporte nos pressupostos da Sociologia Figuracional, especificamente os conceitos de figuração e interdependência elaborados por Norbert Elias. Compreendemos, a partir do autor, que os humanos formam diversas figurações uns com os outros em decorrência do estilo de vida, da transmissão do conhecimento passado de geração em geração. Assim, por meio dos aspectos eliasianos, refletimos sobre a dinâmica social que se dá na medida em que assimilamos que a matrícula de indivíduos que não compunham as figurações do Ensino Superior, metaforicamente falando, passam a existir e ao se relacionarem com aqueles indivíduos que já acessavam esse nível de ensino tecem figurações diversas. Para tanto, elegemos como procedimentos de coleta de dados a análise documental e o questionário fechado aplicado na turma do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Constituíram sujeitos de pesquisa, os estudantes dessa turma que conta com a matrícula de uma estudante surda. Os dados revelam que somente a partir do final do século XX, os estudantes da classe popular, ou menos favorecida, bem como os estudantes surdos, tornaram-se presença no Ensino Superior. Ainda assim, nos documentos nacionais e nos acordos internacionais que consultamos, os indivíduos e suas expectativas não se constituem em balizadores decisivos na proposição da política educacional a ser implementada. Fica, então, garantido uma política educacional em que prevalece noções específicas de justiça, de igualdade e de participação social que parecem existir antes e independentes dos indivíduos e de suas demandas concretas.

Palavras-chave: Surdos. Ensino Superior. Norbert Elias.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro e pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq) e do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (GIPLES/CNPq).

² Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq). Bolsista CAPES-PNPD/UFES-MS.

³ Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq). Bolsista CNPq PDJ/UFRGS-RS.

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq).

Introdução

Neste texto, sistematizamos reflexões sobre a sociodinâmica do ensino superior brasileiro, focalizando aspectos das tensões relativas à ampliação do acesso e à garantia de permanência dos estudantes nesse nível de ensino.

Essa sistematização constitui aspecto importante do estudo que desenvolvemos junto à uma turma do curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Universidade Federal do Espírito Santo, e que conta com a matrícula de uma estudante surda. No estudo que empreendemos objetivamos analisar as redes de interdependências estabelecidas entre os estudantes dessa turma, na tentativa de compreender os diferentes modos de participação e de envolvimento dos colegas de classe no processo de apropriação do saber escolar pela estudante surda.

Essa compreensão está fundamentada nos pressupostos da Sociologia Figuracional, particularmente os conceitos de figuração e de interdependência, elaborados por Elias (2001), bem como nos dados coletados na primeira etapa da nossa pesquisa. Em diálogo com essa perspectiva teórica e com esses dados, nas reflexões apresentadas neste texto, abordamos questões relativas à constituição da universidade brasileira, que, num curso histórico de longa duração (ROMANO, 2006; SPELLER, 2010) se configurou como uma comunidade racional (BIESTA, 2013), cuja sociodinâmica legitimou uma disparidade em termos de acesso e de permanência de determinados indivíduos ou grupos sociais nesses espaços de formação (BELLETATI, 2010).

Em termos metodológicos, utilizamos, no primeiro momento, a análise documental, para nos aproximarmos dos acordos internacionais estabelecidos para o Ensino Superior e observarmos os efeitos desses documentos para o caso brasileiro. No segundo momento, aplicamos um questionário fechado, objetivando sistematizar dados relativos à realidade socioeconômica e à trajetória escolar dos estudantes envolvidos em nossa pesquisa.

Desenvolvemos nossas reflexões partindo da compreensão de que, entre outras questões, o processo formativo dessa estudante surda ocorre em meio

aos dilemas e desafios vividos na educação superior brasileira e está balizado pelas inter-relações estabelecidas com os colegas ouvintes que junto com ela buscam formação nesse nível de ensino.

Nos próximos itens trazemos alguns apontamentos acerca dos conceitos de figuração e interdependência, elaborados por Elias, focalizamos aspectos históricos e sociais que narram o desenvolvimento do Ensino Superior, descrevemos aspectos da figuração investigada como tentativa de, finalmente, problematizar os desafios colocados para o cotidiano do Ensino Superior em nossas sociedades recentes.

Interdependência e figuração como referentes teórico-metodológicos

De acordo com Elias (2001), as transformações nos costumes e a reelaboração dos sentidos e significados que os indivíduos experimentam estão relacionados às tensões vividas nas figurações que eles formam. Nesse sentido é que, em Elias (2001),

[...] os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos tipos e que formam entre si figurações específicas, em virtude de suas interdependências. [...] (ELIAS, 2001, p. 51).

Assim, figuração e interdependência são conceitos associados e vinculados. As figurações sociais não podem ser compreendidas como ligações ou conexões que possam existir antes e independente dos indivíduos e das relações que eles constituem entre si, sejam elas harmoniosas, pacíficas, amigáveis, hostis e tensas (ELIAS, 2001). Por outro lado, os indivíduos não podem ser estudados/vistos de forma isolada ou fechados entre si, mas interdependentes (ELIAS, 2001).

Outro aspecto importante na abordagem eliasiana diz respeito ao fato de que as interdependências humanas estão marcadas por um equilíbrio de poder e por tensões muito específicas que delineiam os processos sociais vividos. A esse respeito, vale destacar que, em Elias, o conceito de poder expressa a ampla oportunidade que indivíduos e grupos têm de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas com as quais mantém laços de interdependência.

Desse modo, as decisões e ações dos indivíduos dizem respeito à figuração, bem como a margem de poder ocupada por esses indivíduos nessa figuração. Então, “[...] dependendo de sua decisão, o peso autônomo dessa trama trabalhará a seu favor ou contra ele” (ELIAS, 2001, p. 51). Nos termos eliasianos, é possível dizer que “[...] a margem individual de decisão é sempre limitada, mas é também muito variável em sua natureza e extensão, dependendo dos instrumentos de poder controlados por uma dada pessoa” (ELIAS, 2001, p. 51) nas figurações que forma com os demais.

Reiterando a ingenuidade daqueles que acreditam no poder ilimitado de indivíduos isolados sobre o curso da história, Elias (2001) evidencia a impossibilidade de compreender o significado genérico do termo “liberdade” se não considerarmos as coerções que os indivíduos, em figurações, exercem entre si moldando socialmente as necessidades humanas. Partindo dessas considerações nos interessamos em estudar aspectos das figurações constituídas por estudantes surdos e ouvintes no contexto formativo da Educação Superior. No próximo item, imergimos um pouco mais nessas reflexões.

Ensino Superior: ampliação do acesso e garantia de permanência

Considerando os estudos de Porto e Régnier (2003) e Reis et al (2007) e dos dados do IBGE (2000; 1992/2007; 1996-2015; 2010; 2013) e do PNUD (2013), percebemos que as tensões vividas, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, em 2003, por intermédio do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, concorreram para a intensificação de políticas de combate às desigualdades econômicas e sociais entre os brasileiros.

No âmbito educacional, várias ações que ocorreram na década de 1990 para o Ensino Fundamental e Médio potencializaram a necessidade de o Ensino Superior brasileiro expandir sua oferta, atendendo a demanda de estudantes que concluíam o Ensino Médio. Somado a isso, havia, em todo o território nacional, o requisito para que as pessoas que almejassem o mercado de trabalho buscassem cada vez mais a qualificação, especialmente em nível

superior, respondendo à crescente especialização do trabalho decorrente do mercado globalizado.

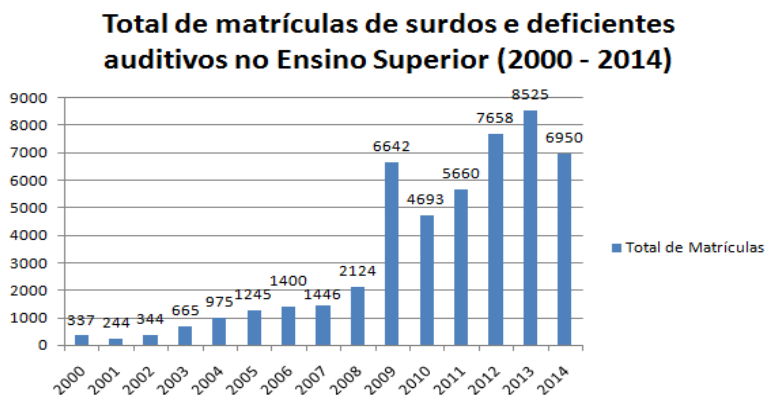
Nos dados que levantamos em nosso estudo (IBGE 2000; 1992/2007; 1996-2015; 2010; 2013), observamos que 1,5% da população brasileira teve acesso a alguma Instituição de Ensino Superior no início dos anos 2000. Essa evolução se torna evidente no ano de 2013, quando 3% da população brasileira passou a ter acesso a esse nível de ensino. Além disso, ficou evidenciado para nós que o número de universidades, somadas as públicas e privadas, cresceu, no período de 2010-2013, em torno de 25%.

Quando analisamos o número de brasileiros que acessaram o Ensino Superior nesse período, deparamo-nos com um aumento de 128% no período de 2010-2013. Em se tratando das universidades, nosso campo de estudo, esse aumento foi da ordem de 70%; entretanto, levando em conta apenas as universidades públicas, observamos que, em comparação ao que ocorria nas décadas anteriores, houve, nesse período, um aumento na oferta de vagas da ordem de 93%.

Percebemos que, por diversas razões, sejam elas políticas, sociais, econômicas, de ordem internacional ou local, no processo de desenvolvimento do Ensino Superior, no contexto brasileiro, os indivíduos da elite conviveram com uma certa *ascensão social* da classe popular. Em síntese, o acesso ao Ensino Superior, antes distante para a classe popular, passou ser realidade para esses indivíduos, especialmente no período de 2000-2013.

De acordo com Cunha (2007), durante a década de 1990, houve um crescimento no número de matrículas no Ensino Médio. Esse crescimento pressionou oferta do número de vagas no Ensino Superior. Além disso, cabe ressaltar que, em decorrência dos acordos internacionais (BRASIL, 1994) e das transformações políticas que ocorreram nessa década no país, indivíduos que estavam invisibilizados na sociedade passaram a acessar o espaço de ensino comum no território brasileiro, e chegaram ao Ensino Médio no ano 2000, 300,5 mil estudantes público-alvo da Educação Especial (INEP, 2000a).

Ressaltamos que, nesse mesmo ano, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso – FHC sancionou no dia 19 de dezembro de 2000 a Lei nº 10.098 – A Lei da Acessibilidade (BRASIL, 2000). Nesse dispositivo legal, são estabelecidas diretrizes gerais que buscam garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Referentemente à acessibilidade para as pessoas surdas brasileiras, no ano de 2002, o país reconheceu e legitimou a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Entretanto, é a partir da regulamentação do Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que o país determinou diretrizes específicas que legitimaram a educação dos surdos por meio da Libras. Nessa direção, percebemos que em 2006, as universidades públicas brasileiras passaram a oferecer o curso de licenciatura em LIBRAS. Desse modo, balizados, também pelo gráfico a seguir, compreendemos que no início do século XXI, convivemos com um número ainda maior de surdos no Ensino Superior brasileiro.



Fonte: LACERDA E MARTINS (2013); INEP (2014)

Nessa reflexão, vale considerar o fato de terem acontecido ações afirmativas do Ministério da Educação e Cultura – MEC, da Universidade Aberta do Brasil – UAB e da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no período de 2006 a 2008. Essas ações resultaram na constituição dos cursos de Letras/Libras nas modalidades licenciatura e bacharelado (formação de intérpretes) em 18 universidades públicas brasileiras, os quais, contribuíram para o aumento do fluxo de matrículas de estudantes surdos no Ensino Superior.

Mas, esses números nos possibilitam fazer indagações: Em sua maioria, as turmas eram formadas por indivíduos fluentes em Libras? O desenvolvimento das disciplinas e as relações desses indivíduos em sala de aula possibilitavam que esses alunos tivessem acesso à Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua? Como eram as relações dos estudantes surdos com a comunidade universitária?

As questões trazidas por Bruno (2011) sustentam algumas das nossas indagações e observações a respeito da ampliação do acesso de estudantes surdos ao Ensino Superior. Afinal, se o crescimento de matrícula dos surdos no Ensino Superior precisa ser acompanhado de uma mudança substantiva na própria cultura universitária, como esse processo vem sendo vivido? Que desafios e perspectivas emergem nesse processo de mudança da cultura universitária?

Essas questões parecem importantes para o nosso estudo. Ao analisarmos as redes de interdependências nas quais os indivíduos surdos se encontram envolvidos no processo de formação no Ensino Superior, acreditamos que seja necessário pontuar que, diferentemente dessas classes de Ensino Superior que foram “projetadas” para o ensino da Libras e em Libras, nosso campo de investigação foi uma turma de Pedagogia que conta com a matrícula de uma estudante surda e de estudantes ouvintes que, em sua maioria, não sabem a Libras. No próximo item, descreveremos o nosso campo de estudo tentando avançar um pouco mais nessas reflexões.

Constituindo outras figurações: a turma de pedagogia 2014/2 da Universidade Federal do Espírito Santo

Nosso estudo foi desenvolvido na turma de Pedagogia 2014/2 da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), localizada na capital, Vitória, do Estado do Espírito Santo. Atualmente, a UFES possui quatro *campi* universitários: dois em Vitória, nos bairros de Goiabeiras e Maruípe, um em São Mateus, cidade ao norte do Estado do Espírito Santo, e outro em Alegre, cidade localizada ao sul do Estado.

Nosso campo de pesquisa se deu no *campus* de Goiabeiras – Vitória, em uma turma de Pedagogia constituída de 39 alunos que iniciaram sua formação no segundo semestre de 2014. A turma, composta quase em sua totalidade de mulheres, contando com a matrícula de apenas um aluno do sexo masculino. Durante a nossa investigação fizemos observações das aulas e de momentos extraclasse, realizamos entrevistas e aplicamos um questionário objetivando caracterizar as situações socioeconômicas e as trajetórias de escolarização dos estudantes que constituem a turma de Pedagogia envolvida nesta pesquisa.

Os dados coletados por meio do questionário, nos permitem observar que a constituição da turma investigada segue o fluxo do movimento da entrada de indivíduos que são da camada popular na Educação Superior. Se, em décadas passadas, o acesso à universidade pública era privilégio apenas da elite, percebemos que um significativo número de indivíduos economicamente menos favorecidos passam a compor com outros indivíduos em situação econômica “mais favorável”, principalmente aqueles pertencentes à classe média, as figurações e as redes de tensões nas turmas de graduação.

O questionário aplicado nos permite observar que a composição familiar dos estudantes da turma investigada pode variar de 3 a 7 pessoas. Destacamos que 43% dos alunos investigados assinalaram que a renda familiar é de 1,5 a 3 salários mínimos e outros 26% apontaram que a soma dos rendimentos de sua família é de 3 a 4,5 salários mínimos.

Esses dados nos mostram a necessidade de os estudantes se manterem em um trabalho remunerado durante seus estudos como forma de complementar a renda de sua família. Se, em décadas passadas, os filhos da elite e da classe média acessavam essas instituições públicas e, sobretudo, recebiam financiamento da família, atualmente o Ensino Superior público é constituído também de indivíduos que buscam uma formação superior e, concomitantemente exercem uma ocupação remunerada.

Em torno de 56% dos estudantes matriculados naquela turma de Pedagogia acessaram o Ensino Superior em decorrência de uma série de lutas empreendidas por movimentos sociais que buscaram a implementação de políticas que diminuíssem as disparidades sociais. Percebemos que grande parte desse grupo passou a fazer parte das redes de interdependências das universidades brasileiras, por meio da implementação de política de cotas ou reserva de vagas (BRASIL, 2012).

Focalizando a trajetória escolar, os dados indicam que os alunos dessa turma não provêm exclusivamente do Ensino Médio tradicional, embora esse tipo de modalidade de ensino corresponda a 72% da turma investigada. Se, em décadas anteriores, especialmente as de 1970-1980, os alunos que ingressavam no Ensino Superior eram oriundos exclusivamente do Ensino Médio tradicional, requisito para o acesso àquele nível de ensino, atualmente convivem na universidade pública, alunos oriundos de diversas modalidades de ensino.

Com base em Elias (2011; 2014), esses dados nos possibilitam pensar que a partir do momento em que os indivíduos de diferentes estratos e grupos sociais acessam a universidade brasileira, outros dilemas e outros desafios são colocados em pauta no cotidiano da sala de aula no Ensino Superior.

Considerando nossa temática de investigação, é possível afirmar que entre esses desafios, as questões relacionadas à comunicação e à linguagem assumem absoluta pertinência. Nessa perspectiva, assumimos o diálogo como um desdobramento das diferentes experiências vividas nas figurações que constituímos com os outros, portanto, como uma prática relacional significativa para a constituição do indivíduo e da sociedade (ELIAS, 2011). Assim, na nossa compreensão, por meio do diálogo, emerge uma autorregulação muito específica nas inter-relações surdos e ouvintes que delinea os processos de ensinar e de aprender no cotidiano da sala de aula no Ensino Superior. Mas, em Elias, esses processos são uma construção compartilhada e dizem respeito à margem de poder ocupada pelos indivíduos nessa figuração. Reside aí, um

dos grandes desafios quando pretendemos que o acesso desses estudantes signifique mudança na cultura universitária.

Considerações finais

Os dados que sistematizamos neste texto nos ajudam a compreender alguns aspectos dos desafios vivenciados na Educação Superior em nossas sociedades recentes. No caso brasileiro, notamos que, historicamente, a oferta desse nível de ensino esteve fortemente subjugado aos interesses da elite econômica durante quase todo o século passado.

Somente nas últimas décadas do século XX, o fortalecimento das lutas em favor da universalização da educação escolar, aliado à instituição de políticas de combate à desigualdade econômica e social, provocou um redimensionamento de forças no jogo das garantias dos direitos sociais, ocasionando a ampliação do acesso ao Ensino Superior.

Em decorrência desse processo, os estudantes de diferentes estratos e grupos sociais passaram a conviver em uma rede de interdependência cada vez mais ampla na qual os estudantes surdos também puderam integrar. Esse fato nos coloca perante ao desafio de garantir qualidade social na permanência e na aprendizagem desses estudantes, num momento de desenvolvimento social em que a esfera econômica assume uma evidente centralidade na definição das políticas sociais. E esse é um elemento nada desprezível no debate e nos encaminhamentos políticos relativos ao Ensino Superior em sociedades marcadas, historicamente, por uma extrema desigualdade social e educativa, como no caso brasileiro.

Desse modo, se, por um lado, a ampliação de matrículas de estudantes surdos no Ensino Superior diz respeito à emergência e à consolidação de expectativa mais positivas relativas à educabilidade dessas pessoas, por outro lado, a presença desses estudantes nas turmas de graduação coloca em discussão uma forma de incluir que, muitas vezes, sob os imperativos da produtividade, é idealizada e estabelecida *a priori*, independente desses indivíduos e de suas necessidades.

De fato, pela via dos documentos e acordos internacionais que consultamos, os indivíduos e suas expectativas não se constituem em balizadores decisivos na proposição da política de serviços a serem ofertados. Fica, então, garantido uma política educacional em que prevalece noções específicas de justiça, de igualdade e de participação social que parecem existir antes e independentes dos indivíduos e de suas demandas concretas.

Considerando nossa intenção investigativa, essas indicações conjugam elementos que fundamentam nossa compreensão de que a existência social dos estudantes surdos é construída socialmente, portanto as “soluções” e a atuação profissional não podem ser pensadas ou planejadas ignorando as condições sociais que sustentam as necessidades especiais desses estudantes.

Dialogando com Biesta (2013), podemos afirmar que é na inter-relação entre surdos e ouvintes que podemos compreender os estudantes ouvintes e os estudantes surdos. São os movimentos que ocorrem nessa rede de interdependência que delineiam a trajetória de formação no Ensino Superior desses indivíduos. Assim, no estudo que empreendemos, se a estudante surda vive um processo de evitação social, justificado pelo fato de ela ser “aquela que não tem nada em comum” (BIESTA, 2013), esse é um forte aspecto delimitador dos modos de ser ouvintes e de ser surdo nos processos formativos daquela turma de Pedagogia.

REFERÊNCIAS

BELLETATI, Valéria Cordeiro Fernandes. Dificuldades de alunos ingressantes na universidade pública: indicadores para reflexões sobre a docência universitária. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Tradução de Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 19 de dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 11/07/2015.

_____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 22 de dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

Acesso em 11/07/2015.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária. **Revista brasileira de estudos pedagógicos** – INEP, Brasília, v.92, n.232, p.542-556, set./dez. 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino superior e a universidade no Brasil*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

IBGE. Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios com rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992/2007**. Brasília. 1992/2007. Disponível em:

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=FED103&t=indice-gini-distribuicao-rendimento-mensal-domicilios>. Acesso em: 15/08/2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>. Acesso em: 15/08/2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 15/08/2015.

IBGE. Estimativas de População. **Estimativas 2013**. Brasília, IBGE. Jul. 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/retificacao_estimativa_2013_dou.pdf. Acesso em: 15/08/2015.

IBGE. Produto Interno Bruto: valores correntes. **Sistema de Contas Nacionais**. Brasília. Diretoria de pesquisas e coordenação de contas nacionais. 1996/1-2015/1. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=ST17&t=produto-interno-bruto-brvalores-correntes>. Acesso em: 15/08/2015.

INEP. Sinopse da Estatística da Educação Básica. **Sinopses Estatísticas**. Brasília, 1998a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 15/08/2015.

INEP. Evolução da Educação Superior. **Censo do Ensino Superior**. Brasília, 1998b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acesso em: 06/07/2015.

INEP. Sinopse da Estatística da Educação Básica. **Sinopses Estatísticas**. Brasília, 2000a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 15/08/2015.

INEP. Sinopse da Educação Superior. **Sinopses Estatísticas**. Brasília, 2000b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 05/08/2015.

INEP. Sinopse da Educação Superior. **Sinopses Estatísticas**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 05/08/2015.

INEP. Sinopse da Educação Superior. **Sinopses Estatísticas**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 05/08/2015.

INEP. Sinopse da Educação Superior. **Sinopses Estatísticas**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 05/08/2015.

INEP. Sinopse da Educação Superior. **Sinopses Estatísticas**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 05/08/2015.

INEP. Sinopse da Educação Superior. **Sinopses Estatísticas**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 20/07/2016.

LACERDA, Cristina Broglia F. L.; MARTINS, Diléia Aparecida. Desafios para a implementação da política educacional inclusiva e bilíngue para surdos na Educação Superior. In: Lima-Rodrigues, L. & Rodrigues, D. (orgs.). Atas do III Congresso Internacional “Educação Inclusiva e Equidade”. Almada, Portugal, de 31 de outubro a 2 de novembro de 2013, Pró- Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial.

REIS, Eustáquio et al., 2003. Contas Nacionais. Brasil: Tabela População, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto – *per capita* – e deflator implícito do Produto Interno Bruto, 1901/2000. In: **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro. IGBE, 2007.

ROMANO, Roberto. Reflexões sobre a universidade. In: SILVA, Maria Abádia da; SILVA, Ronalda Barreto (orgs). **A ideia de universidade**: rumos e desafios. Brasília: Líber, 2006.

SPELLER, Paulo. Marcos da educação superior no cenário mundial e suas implicações para o Brasil. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; SILVA JUNIOR, João dos Reis [et al.] (orgs). **Educação Superior no Brasil**: tempos de internacionalização. São Paulo: Xamã, 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Brasília. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-do-brasil.pdf>. Acesso em: 15/08/2015.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. **O ensino superior no mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025**. Brasília: Secretaria de Educação Superior. Dez. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendencia%20scenarios2003-2025.pdf>. Acesso em: 20/08/2015.